

Associações agrícolas e desenvolvimento local em Moçambique: perspectivas e desafios da Associação Livre de Mahubo

Sergio Elias Libombo

Universidade de Araraquara (UNIARA)
e-mail: sergiojuju2010@gmail.com

Vera Lucia Silveira Botta Ferrante

Universidade de Araraquara (UNIARA)
e-mail: dtmeioambiente@uniara.com.br

Henrique Carmona Duval

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)
e-mail: henriquecarmona@hotmail.com

Helena Carvalho De Lorenzo

Universidade de Araraquara (UNIARA)
e-mail: helenadelorenzo@gmail.com

Resumo

O presente artigo busca compreender o processo de organização da Associação Agrícola Livre de Mahubo, no Distrito de Boane, em Moçambique, e como ela contribui para o desenvolvimento da comunidade. Além da revisão bibliográfica e documental, foi feita a pesquisa do campo, na qual foram aplicados questionários e entrevistas em uma amostra de 75% dos associados e do pessoal administrativo. Constatam-se como fatores preponderantes para a análise do desenvolvimento: a ausência dos gestores de políticas públicas atuantes na localidade, a dependência em relação a organizações não governamentais que trabalham na região, a crença na autoridade tradicional local e a importância das práticas como mutirões e financiamentos coletivos. Os produtores agrícolas são favoráveis à associação, mas há uma percepção de que a atuação da organização se restringe enquanto possibilidade de garantir o acesso a terra. Avalia-se que sua atuação poderia ser potencializada, por meio de ações para o aumento da autonomia dos associados e com base em princípios do desenvolvimento endógeno.

Palavras-chave: Associações Agrícolas; desenvolvimento local; Moçambique.

Agricultural associations and local development in Mozambique: perspectives and challenges of the Association Livre de Mahubo

Abstract

This article seeks to understand the process of organizing of the Free Agricultural Association of Mahubo, in the Boane, District in Mozambique and how it contributes to the development of the community. In addition to the bibliographical and documentary review, field research was carried out with questionnaires and interviews were applied in a sample of 75% of associates and administrative staff. The development factors are: the absence of local public policy managers, the dependence on non-governmental organizations working in the region, the belief in local traditional authority, and the importance of practices such as collective financing. Farmers are supportive of the association, but there is a perception that the organization's performance is restricted as a means of securing access to land. It is evaluated that its performance could be enhanced, through actions to increase the autonomy

Revista NERA	Presidente Prudente	Ano 20, nº. 38 - Dossiê	pp. 132-150	2017
--------------	---------------------	-------------------------	-------------	------

of the associates and based on principles of endogenous development.

Keywords: Agricultural associations; local development; Mozambique.

Asociaciones agrícolas y desarrollo local en Mozambique: perspectivas y desafíos de la Asociación Libre de Mahubo

Resumen

El presente artículo busca comprender el proceso de organización de la Asociación Agrícola Libre de Mahubo, en el Distrito de Boane, en Mozambique, y cómo contribuye al desarrollo de la comunidad. Además de la revisión bibliográfica y documental, se realizó la investigación del campo, en la cual se aplicaron cuestionarios y entrevistas en una muestra del 75% de los asociados y del personal administrativo. Se constatan como factores preponderantes para el análisis del desarrollo: la ausencia de los gestores de políticas públicas actuantes en la localidad, la dependencia con las organizaciones no gubernamentales que trabajan en la región, la creencia en la autoridad tradicional local y la importancia de las prácticas como mutirones y financiaciones colectivos. Los productores agrícolas son favorables a la asociación, pero hay una percepción de que la actuación de la organización se restringe como posibilidad de garantizar el acceso a la tierra. Se evalúa que su actuación podría ser potencializada, por medio de acciones para el aumento de la autonomía de los asociados y con base en principios del desarrollo endógeno.

Palabras clave: Asociaciones agrícolas; desarrollo local; Mozambique.

Introdução

Em Moçambique, assim como em outros países da África, as organizações civis datam de antes da independência (1975) e foram desenvolvendo-se em contextos diversos. No período colonial, ou seja, até 1975, essas organizações tinham a missão de fortalecer o Estado na dominação do povo moçambicano. Após a independência, sob a denominação de República Popular de Moçambique, a administração do país foi marcada pela necessidade de reforçar a unidade nacional, o que se fez com o domínio de um partido único; a estrutura sociopolítica e administrativa obedecia ao chamado centralismo democrático. O Estado era impulsionador do interesse público, dentro de uma política socialista que durou até 1992, quando foi introduzido o multipartidarismo. Essa data marca o início do período democrático, em que se verifica o surgimento das associações comunitárias independentes dos sistemas políticos (ROCHA, ZAVALLE, 2015).

De acordo com Fernandes (1994, p. 21), as organizações da sociedade civil, criadas por iniciativas privadas e que visam à produção de bens e serviços públicos, buscam responder às necessidades coletivas e ao bem-estar social. Assim, a participação dos cidadãos nos movimentos associativos é importante para a democracia e fortalece a sociedade civil, dando espaço a uma relação entre Estado e sociedade. A contribuição do associativismo, nesse caso agrícola, com toda liderança para planejamento, organização e controle, é uma forma estratégica de promoção do desenvolvimento local e,

consequentemente, um mecanismo que pode melhorar as condições de vida das famílias rurais, além de promover maior eficácia na questão da sustentabilidade e do desenvolvimento social.

De acordo com Ferrinho (1978), as organizações associativas têm um papel importante para o desenvolvimento das comunidades rurais, pois os agricultores, ao participarem dessas organizações, ganham o direito de tomar decisões sobre ela. Tal como na organização de mercados, percebe-se a necessidade dos indivíduos em associar-se a grupos, unindo-se no esforço de buscar a transformação. Tal afirmação exige discussão sobre o papel das associações e sua interferência no processo de desenvolvimento.

Igualmente, há que se considerar que o conceito de desenvolvimento é um desafio teórico e prático, delicado e complexo, na medida em que o desenvolvimento não pode ser visto como um objeto concreto, com existência objetiva, como uma pedra ou uma pessoa. Tampouco se trata de um processo autônomo em si próprio, porque envolve muitos outros fenômenos, tomados arbitrariamente como um todo e, por isso, deve ser discutido a partir de suas complexidades.

Cada região tem uma cultura e uma estrutura próprias, que influenciam sua forma de ação. As associações rurais, ao serem formadas, têm como propósito integrar os esforços e as ações do homem do campo e a de seus familiares em benefício da melhoria do processo produtivo e de fomentar um sistema capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis, garantindo o nível de vida da população local (MORAES, CURADO, 2004).

Assim, como defende Valá (1996):

O desenvolvimento pode ser visto como um processo cultural integrado, carregado de valores, englobando o ambiente natural, as relações sociais, a educação, a produção, o consumo, o bem-estar. É fundamental um processo endógeno, que surge a partir do foro do interior da sociedade, definido de forma soberana a sua visão ou seu projeto, contando inicialmente com as próprias forças e só depois com as forças dos que querem apoiar porque partilham os mesmos problemas (VALÁ, 1996, p. 21).

Nessa visão, Buarque (2004) afirma que o tema desenvolvimento local deve ser encarado com aprimoramento, pois é constituído por dois polos de um mesmo processo, complexo e contraditório, em que atuam diferentes forças sociais, ora voltadas à integração e ora à desintegração em relação ao jogo competitivo mundial. Na medida em que tal jogo de forças internacionaliza-se economicamente, aparecem diversas visões e iniciativas locais que tendem a uma integração dinâmica internacional, mas que recolocam expressões diferenciadas de desenvolvimento a partir dos espaços locais. Assim, por todo o mundo, as reflexões que dominam a cena política e técnico-científica são sobre modelos e opções de

desenvolvimento para enfrentar os desafios e os problemas econômicos, sociais e ambientais contemporâneos.

Nesse contexto, as concepções de desenvolvimento são postas em reformulação para que se reconheça a importância dos processos endógenos. Para que aconteçam ações “de dentro para fora”, é pertinente garantir espaços de expressão para atores sociais locais. Essa contestação faz com que o mundo atual passe a reconhecer, na liberdade das pessoas de um determinado espaço, o principal meio para o desenvolvimento. Obviamente, tais transformações pedem e estimulam o surgimento de novas ideias e conceitos para organizar as iniciativas e ações da sociedade diante das circunstâncias em que se desenrola o cenário de desenvolvimento (BUARQUE, 2004).

Em Moçambique, o tema do desenvolvimento local tem ocupado lugar de destaque nas agendas políticas, sociais e econômicas dos vários organismos nacionais e internacionais de promoção do desenvolvimento. Esse aspecto, segundo Valá (2002, p. 17), deve-se ao fato de a destruição da estrutura colonialista e as políticas de desenvolvimento “centralizadas e intervencionistas”¹ implementadas pelo governo no pós-independência não terem sido capazes de solucionar os principais problemas que bloqueiam o desenvolvimento, como excesso de mão de obra não qualificada e fuga maciça de quadros após a independência, acompanhados de sabotagem. O país não tinha quadros técnicos para enfrentar os vários desafios da reconstrução nacional e tinha ainda a economia vulnerável e dependente de recursos externos: todo o investimento na economia nacional era público e, mais de metade era coberta por ajuda externa (CHICHAVA, 1999). Acrescente-se a isso a insensibilidade às particularidades e às especificidades locais.

Não obstante, na realidade moçambicana pós-independência, muitas das políticas e estratégias de desenvolvimento do país foram desenhadas em uma perspectiva “de cima para baixo”, tendo como vetor determinante a intervenção pública. Essa perspectiva colocou em segundo plano as entidades locais e/ou regionais e as visões, os anseios e as perspectivas de outros atores fundamentais do desenvolvimento, nomeadamente o setor privado, as comunidades locais e a sociedade civil, o que é o contrário da visão do papel que a sociedade civil tem de si mesma.

A importância do associativismo para o desenvolvimento local em Moçambique

¹Políticas de desenvolvimento “centralizadas e intervencionistas” O Estado passou a ser conceitualmente definido não como um instrumento de uma classe contra outra, mas como o gestor de interesses de toda a sociedade nos domínios da ordem pública, segurança, disciplina social e propriedade; o governo interveio fortemente na economia, eliminando a propriedade privada e nacionalizando os principais serviços (saúde, educação, habitação, transportes e fábricas etc.). Essas medidas eram consideradas pelo governo de extrema importância tanto por permitir o controlo direto do Estado das principais áreas económicas e de serviços como para promover o acesso amplo dos cidadãos aos mesmos (JAKOBSEN; CARVALHO, 2008). O Estado deve, no entanto ser discutido num campo de forças sociais.

Moçambique vem passando por várias consequências do processo de mudanças políticas, econômicas e sociais resultantes de um conjunto de transformações, como a implantação da economia de mercado e a aplicação do Programa de Ajustamento Estrutural (PAE). Alguns dos produtos dessas políticas são expressos na reestruturação do papel do Estado na provisão do bem-estar social e econômico das comunidades e a necessidade imperiosa destas tomarem para si a busca de opções que satisfaçam suas necessidades socioeconômicas. Com a aprovação e a divulgação da Lei nº 8/91, no Boletim da República, que regula o direito à livre associação, uma das opções que as comunidades locais encontram para fazer frente aos problemas que enfrentam é se organizarem em associações agrícolas. Estas já foram reconhecidas por diversas instituições como uma alavanca do desenvolvimento das comunidades locais (VALÁ, 2002, p. 26).

A redução da pobreza absoluta em Moçambique, assim como o crescimento econômico, tem entraves sérios, sem um desenvolvimento sustentável efetivo da agricultura. De acordo com o programa quinquenal do governo (2015-2019), continua definido como objetivo central o “combate” à pobreza como forma de melhorar as condições de vida da população e coloca-se a agricultura como a base do desenvolvimento econômico e social do país, por esta ter um papel determinante na redução da pobreza (MOÇAMBIQUE, 2015).

Pereira (2007, p. 6), recorrendo a estudos realizados sobre as associações agrícolas, comprovou que a maior parte das associações de nível local em Moçambique, embora tenha sido criada para resolver os problemas de seus membros e de suas comunidades, apresenta ainda funcionamento deficiente.

Convém salientar que a deficiência do funcionamento da maioria das associações agrícolas, segundo pesquisadores que trabalharam em algumas associações, é oriunda de vários fatores, como a falta de sustentabilidade, a dependência climática — temperatura, pluviosidade, umidade do solo e radiação solar —, a falta de infraestrutura para escoamento da produção para os mercados locais e, por último, a falta de gestores de políticas públicas atuantes.

As associações e cooperativas agrícolas locais carecem de autossustentabilidade e estão, grosso modo, dependentes de financiamento externo. Isso faz com que esses organismos tenham capacidade fraca ou quase nula de definirem eles próprios suas necessidades e prioridades, assim como os impede de alavancar o propósito pelo qual foram criados (NEGRÃO, 1997 apud VALÁ, 2002, p. 31).

O problema de dependência financeira torna as associações vulneráveis às decisões externas, que, por sua vez, impõem suas condições, nem sempre de acordo com os objetivos inicialmente traçados pelas associações. Nesse ponto de vista, é lhes impossível definir para si próprias seus objetivos e metas a alcançar em função das

necessidades e dos problemas vividos pelo homem do campo, e acabam por orientar-se em função das agendas e dos programas dos parceiros externos. Isso põe em risco sua autonomia e a própria importância do associativismo para o desenvolvimento local em Moçambique.

Mas, para qualquer estudo sobre uma cooperativa e/ou associação, é preciso respeitar as particularidades:

Apresenta aspectos específicos com dimensões distintas e, muitas vezes conflitantes, que de um lado são, respectivamente, o foco de mercado, da lógica econômica de maximização de resultados, da concorrência e dos preços, como sinalizadores da alocação de fatores de produção; de outro, o foco da sociedade, do associado, da fidelidade contratual, da ética dos negócios, da transparência e do desenvolvimento, com distribuição de renda, de forma a elevar a riqueza e o bem-estar do associado (BIALOSKORSKI NETO, 2002, p. 1).

Assim, surgem diversos aspectos acerca da formação e da realidade das associações rurais em Moçambique — no caso particular deste estudo, da Associação Livre de Mahubo (ALM) — que devem ser respondidos: o surgimento da associação, o foco de atuação, a participação dos membros na vida da associação, os motivos de adesão dos membros, as dificuldades enfrentadas pela associação e outros. E aqui surge um problema: o desenvolvimento local, baseado nas potencialidades locais e relacionado ao associativismo em Moçambique, e com diversidade de culturas e economia vulnerável, dependente de recursos externos, é capaz de responder aos anseios das comunidades rurais de um determinado território e proporcionar o desenvolvimento local sustentável?

O rural como palco de desenvolvimento local

Em Moçambique, cerca de 70% da população vive na zona rural, e grande parte da população que vive abaixo da linha de pobreza absoluta encontra-se nas zonas rurais. É importante salientar que a agricultura contribui com cerca de 50% do PIB e 75% das exportações do país (MOÇAMBIQUE, 2011).

Nesse panorama, estudar as associações agrícolas de um país em que a agricultura tem peso significativo, como Moçambique, justifica-se pelo papel que a prática tem na organização da população do campo e no desenvolvimento das comunidades locais, como afirma Francisco (2001, p. 48): “O processo de organização de uma comunidade é também um processo de desenvolvimento, pois uma população desorganizada não consegue conceber nenhum projeto capaz de promover o desenvolvimento da sua própria comunidade”.

Por outro lado, estudar associativismo agrícola é um meio de compreender as dinâmicas organizativas das comunidades locais, as sinergias institucionais em presença, a

capacidade endógena localmente, bem como a forma como os atores locais estruturam-se e organizam-se para enfrentar os desafios complexos que o processo de desenvolvimento traz. As associações agrícolas têm outras vantagens, como defende Valá (2002).

Estas têm o mérito de permitir que os camponeses obtenham apoio em crédito, comercialização agrícola, segurança da posse de terra, extensão rural e capacidade sobre diversos assuntos ligados à produção agrícola, contribuindo para o aumento da sua capacidade produtiva e para enfrentarem os diversos desafios que se colocam à produção e comercialização (VALÁ, 2002, p. 26).

Do ponto de vista prático, abordar o associativismo agrícola em suas várias dimensões pode permitir-nos ter um conhecimento mais profundo da realidade do campo, dos problemas, de suas necessidades e aspirações. Tais aspectos poderão servir como requisitos no quadro da formulação, da implantação e da monitoria de políticas públicas de promoção do desenvolvimento local. O estudo do associativismo agrícola apresenta-se como uma contribuição importante para compreensão da dinâmica da vida social no meio rural. Tendo em consideração que a maioria dos agregados familiares possui recursos limitados, o modelo associativo revela-se como catalisador importante da busca de soluções para os problemas enfrentados pelos indivíduos, e que seria difícil, senão impossível, resolvê-los individualmente, o que não implica ignorar seus problemas e desafios.

Em Moçambique, é pertinente apostar em desenvolvimento local, pois este coloca em evidência a diversidade e a particularidade dos contextos locais, reconhecendo que cada território tem necessidades e demandas próprias e, conseqüentemente, necessidade particulares em termos de políticas públicas para o meio rural. Portanto, a escolha da ALM, localizada no sul de Moçambique, no Distrito de Boane, pode ser relevante para uma análise de estratégia de desenvolvimento rural. Para a realização de nosso trabalho, escolhemos uma comunidade com aproximadamente 10 mil famílias, da qual se escolheu uma associação com grande peso na agricultura local, que se encontra na área rural, mas com fácil acesso por via terrestre.

Caminhos metodológicos

Realizou-se inicialmente a pesquisa bibliográfica em textos publicados sobre o tema escolhido para este trabalho e a análise de documentos coletados com informações relevantes que abordassem a temática em estudo a partir dos conceitos-chave associativismo agrícola, desenvolvimento local, as várias dimensões de desenvolvimento local ou endógeno, participação, capital social e comunidade.

Assim, para a realização da pesquisa, privilegiamos tanto as fontes de informação primárias como as secundárias, nomeadamente documentos publicados e não publicados,

monografias, dissertações, teses, livros, relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) com relevância sobre o tema, além da legislação moçambicana sobre associações.

Para complementarmos a pesquisa e aprofundar o estudo, foi realizada a pesquisa qualitativa, pela qual buscamos informação, quer em formas documentais, quer em fontes orais dos próprios agentes sobre a ALM, no que se refere a sua gênese, a sua evolução e a outros temas, como as formas de atuação, com objetivo de tentar entender a situação da organização.

Os recursos metodológicos utilizados foram (i) a observação direta, técnica que nos permitiu realizar visitas constantes ao terreno de estudo, e segundo um plano previamente desenhado, observamos as condições geofísicas, o modo de vida das populações, a presença e o funcionamento das instituições locais, os hábitos e os costumes locais. Fizemos anotações sobre situações relevantes para nosso estudo em diários de campo, e (ii) as entrevistas semiestruturadas (individuais e coletivas), que constituíram importante técnica de investigação que nos permitiram contato direto e diálogo com as famílias, incluindo “pessoas-chave” da comunidade que, por sua posição, têm alguma informação pertinente para nosso trabalho.

Em nosso entender, as entrevistas semiestruturadas permitem maior aprofundamento das questões a levantar e, de acordo com Lakatos e Marconi (1999, p. 12), maior liberdade aos interlocutores de desenvolverem cada situação em qualquer direção que considerem adequadas. É uma forma de explorar mais amplamente uma questão, já que, em geral, as perguntas foram abertas. O trabalho de campo foi realizado com o cuidado de não interferirmos nas respostas dos agentes, respeitando o diálogo e a observação continuada da realidade.

As entrevistas foram aplicadas sobre os seguintes grupos:

- Membros da autoridade administrativa nos serviços de atividades econômicas, responsáveis pela execução de políticas públicas do distrito de Boane.
- Membros da associação agrícola selecionada para o estudo de caso.
- Representantes de organizações não governamentais (ONGs) que atuam na implantação de programas de desenvolvimento local, nomeadamente o Instituto Permacultura Moçambique (Ipermo), uma organização brasileira de promoção de desenvolvimento local, e a Acidovoça, também uma organização que promove o desenvolvimento das comunidades locais e que tem parceria com uma empresa de produção de alumínio, a Mozal.

As entrevistas individuais foram feitas diretamente com alguns membros da administração local, membros do setor privado que atuam na formulação de políticas de desenvolvimento local em nível regional, líderes comunitários, além de membros da comunidade e da associação agrícola em estudo, incluindo homens e mulheres, entre 15 e 65 anos. As entrevistas foram feitas em duas línguas (português e changana², língua local), com 75 pessoas, o que corresponde a 33% dos membros ativos da ALM (230 membros no total).

Feito esse trabalho, procedeu-se à análise e à interpretação dos dados recolhidos, com vistas à sistematização, e sobre os quais, depois, aplicou-se o método indutivo para sua generalização, a partir do estudo de caso da ALM.

ALM: surgimento, potencialidades e desafios à cooperação e ao desenvolvimento

A associação surgiu em 2012, quando os trabalhadores rurais da aldeia comunal de Marien Ngouabi, enfrentando graves problemas de fome e seca, resolveram reunir-se para criar uma espécie de associação de mútuo socorro. Esse pensamento, segundo Araújo, Tolentino e Theophilo (2009), pode ser definido na relação que seus membros estabelecem entre si, na convivência social e cultural.

Assim, o grupo trabalhou durante um ano no sistema de ajuda em vários terrenos dispersos, mas a persistência da seca fez com que eles mudassem seu pensamento. Um dos integrantes³ do grupo teve a ideia da associação, e o local poderia ser viável para produção de alimentos. Nesse contexto, localizaram o terreno à beira da barragem, com boas condições para prática de agricultura e facilidade para irrigação, mas precisavam de uma autorização da gestão administrativa do distrito⁴ para concessão de uso e aproveitamento da terra. De acordo com um entrevistado⁵, esta solicitação foi feita quando foram sensibilizados para regularizar a associação para poderem ter direitos; daí surgiu a associação. Os integrantes da associação passaram a exercer atividades no local almejado para prática de agricultura. Dependendo da capacidade do trabalhador rural, quanto maior número de elementos a família tiver, maior parcela ela obtém.

A ALM surgiu em 2012, mas foi criada juridicamente em 2013, como pessoa coletiva de direito privado e associativo, sem fins lucrativos, dotada de personalidade jurídica própria e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, constituída nos

² O changana é uma língua do grupo Shangaana-Tsonga, falada principalmente nas três províncias moçambicanas do sul do Save (Inhambane, Gaza e Maputo) e também em parte da África do Sul; de acordo com o recenseamento moçambicano de 2007, o changana era a segunda língua com maior número de falantes em Moçambique, com 1.682.438 falantes (NGUNGA; SIMBINE, 2012).

³Sr. Magaia, já falecido.

⁴Equivalente ao prefeito de Município (Brasil).

⁵No caso, o presidente da associação, sr. Jorge Tembe.

termos da lei em vigor e regida com estatuto e demais legislações aplicáveis. A associação tem sua sede na aldeia comunal de Marien Ngouabi, Localidade Eduardo Mondlane, Distrito de Boane, Província de Maputo. Conta atualmente com 230 membros efetivos⁶ e 190 não efetivos⁷ e explora uma área de 50 hectares, tendo como missão a produção de alimentos.

Segundo os dirigentes, a associação possui um estatuto no qual são estabelecidas quatro reuniões dos associados por ano, podendo reunir-se extraordinariamente sempre que for necessário, a pedido do presidente ou de um dos membros que compõem o conselho de direção. Responde por balanço financeiro, programas de atividades, orçamento anual, admissão de membros, assim como exclusão. Também aprecia as propostas de investimentos suscetíveis de gerar recursos para garantir a sustentabilidade da organização.

No entanto, nos trabalhos de campo, constatou-se que tanto os encontros da Assembleia Geral como as reuniões do Conselho de Direção são raros. Essa periodicidade de quatro reuniões no ano é baixa segundo os associados. Tendo em conta sua base dentro da estrutura da organização, os trabalhadores nunca estão a par da situação da associação. Os encontros seriam mais relevantes para a participação das pessoas se acontecessem mensalmente, para abordar e analisar as questões relacionadas à vida diária dos associados, de modo a buscar melhores opções de funcionamento do organismo, encontros de reflexão e transmissão de ideias sobre a vida associativa. Percebem-se diferenças nas percepções nos depoimentos de um associado e de um dirigente da associação, respectivamente:

Muitos de nós não sabemos o que está acontecendo sobre a nossa associação, as cotas que tiramos, quais são os benefícios depois, tem havido falta de comunicação entre os membros diretivos que nós mesmos escolhemos para nos guiarem, eles só se limitam a nos informar que os apoios que recebemos devemos produzir e usarmos para a próxima safra agrícola e não esperamos mais ajuda (Associado da ALM).

Esta associação tem nos ajudado muito, os que reclamam é porque não participam nos estudos todas as quintas-feiras, que temos tido com uma organização de promoção de desenvolvimento de piscicultura (IPERMO), que nos proporcionam técnicas de produção de variedades de culturas, além de que se não fosse esta associação não poderíamos ter condições para compra de insumos agrícolas porque são caros no mercado comum. Assim como quando associação convoca a presença do régulo para abençoar as nossas atividades, como tem sido no período fora da hora de atividades agrícolas, não aparecem (Dirigente da ALM).

O associativismo na ALM apresenta também traços culturais e características que contribuem para fazer com que seus membros tornem-se favoráveis a colaborar na solução de problemas de interesse comum. Destacam-se, por exemplo, as relações e o sentimento

⁶Membros efetivos são pessoas, organizações e instituições que trabalham em prol da ALM, e declaram aceitar o estatuto, o programa e que contribuam para funcionamento e desenvolvimento da ALM.

⁷Membros, honorários e simpatizantes participam em todos os atos e atividades, mas não têm direito a voto.

de confiança na figura do régulo, tornando possível o empreendimento de ações conjuntas que resultem em proveito da coletividade. Dos associados entrevistados, mais de 90% reconhecem o apoio do régulo quanto a sua disponibilidade para participação em alguns aspectos da vida comunitária que aparentemente não têm relevância econômica direta, mas que contribuem para proporcionar o desenvolvimento da região, pelo reconhecimento que a maioria dos agentes sociais da região deposita no régulo.

O “Régulo” é considerado um indivíduo dotado de poderes extranaturais para dar bênçãos a todos os empreendimentos a serem erguidos. Possui uma autoridade tradicional, como chefe da localidade e responsável por rituais de invocação dos antepassados para qualquer evento, com intuito para que tudo corra bem. Porém, no período colonial, os régulos possuíam posições importantes para os colonos manterem o arranjo tradicional na estrutura de associações que tinha como objetivo fortalecer seu poder perante os trabalhadores rurais, como um funcionário para manter o controle das regiões. Entretanto, no governo Frelimo se destruiu toda a estruturação do poder local e o régulo, que era visto como um Deus nas localidades rurais passou a não ser reconhecido como autoridade, com a alegação de que havia servido ao Estado colonial português. As atividades desenvolvidas pelas cooperativas passaram a ficar sob responsabilidade do governo. No entanto, o que se observa em campo é que as pessoas continuam a reconhecer e a valorizar os conselhos e as bênçãos do régulo, que ainda detém a autoridade tradicional que lhe é atribuída tradicionalmente.

Há ainda, no contexto moçambicano, várias formas a serem levadas em conta quando se trata de cooperação e ajuda mútua, sobretudo no âmbito das associações agrícolas. São exemplos as práticas ku-thekele⁸, ku-pfunana⁹, ku-rimela¹⁰, tsima¹¹, xitique¹², ku-lombiça¹³. Essas formas são tradicionais e diferentes dos princípios básicos obedecidos pelas associações ou cooperativas agrícolas modernas surgidas no século XIX. Entretanto, são formas tradicionais de cooperação tipicamente moçambicanas que desempenham um papel fundamental nas estratégias de sobrevivência das famílias das comunidades rurais,

⁸ Consiste no deslocamento das pessoas carentes de uma região para outra em busca de bens de consumo. Nessa busca, servem-se de três táticas em relação àqueles que têm comida para dispensar: mendigar, trabalhar em troca de bens materiais ou trabalhar mediante o pagamento em dinheiro.

⁹ É uma ajuda mútua em que grupos de duas a dez famílias utilizam a força do trabalho do grupo em benefício de cada um dos membros para as operações agrícolas mais pesadas.

¹⁰ Também conhecido por “ganho ganho”, no qual uma família paga trabalhadores eventuais em dinheiro ou em produtos, uma espécie de contrato informal de trabalho.

¹¹ Realização coletiva de uma operação agrícola a convite de alguém, dirigida a seus conhecidos. Ao final do trabalho, o anfitrião oferece um banquete aos participantes.

¹² Grupo de pessoas que estipula uma cota periódica e constante em dinheiro, em que o responsável eleito entre os membros do grupo recolhe e entrega rotativamente a cada um dos membros. É uma forma de crédito informal, assentada na confiança entre os membros do grupo.

¹³ É um sistema de empréstimos de animais reprodutores que vigora entre criadores de gado, no qual quem não possui um macho solicita-o ao criador conhecido e confiado, com o compromisso de o reembolsar em crias.

pois conseguem fazer frente a adversidades para minorar desastres e mudanças naturais que prejudicam a produção familiar e a estabilidade social.

Características socioeconômicas do agricultor da associação Livre de Mahubo

Para melhor pesquisarmos e termos dados concisos da associação em estudo, buscamos uma amostra representativa de 75 associados, o que corresponde a 33% do universo de 230 associados ativos. No geral, no interior das famílias há relações de diferenciação de acordo com o gênero, ligadas à divisão sexual do trabalho, mas, na lógica dessa associação, tanto mulheres como homens participam de modo igual na vida do organismo, fazendo-se representar por si mesmos como membros. A representação de cada membro pode ser diferenciada de acordo com o tamanho de seu núcleo familiar.

Cerca de 70% da produção da associação é prioritariamente destinada ao consumo familiar e o restante é prioritariamente destinado à comercialização, com a finalidade de ajudar no equilíbrio da dieta alimentar das famílias, assim como na compra de outros objetos e levando-se em conta que a produção de autoconsumo pode ser consumida e/ou comercializada, dependendo das possibilidades existentes. As principais culturas produzidas na associação são milho, batata, cebola, tomate, repolho, couve e alface.

Pôde-se constatar pela amostra que 77% dos que responderam ao questionário são mulheres e 23%, homens, confirmando a superioridade numérica das mulheres. A faixa etária varia de 15 anos até mais de 60.

Também se constatou que os meios de produção adotados pelos associados fazem diferença, o que leva a categorias de produtores (pequenos, médios e grandes). Os grandes produtores ocupam grandes parcelas de terra, das quais às vezes não conseguem dar conta do trabalho, havendo necessidade de pedir ajuda a outros associados ou a outras pessoas da comunidade que são empregados sob a forma de trabalhadores assalariados.

Pode-se depreender que a faixa etária dos 40 aos 50 anos é a predominante entre os agricultores, com 53%, seguida da faixa dos 30 aos 40 anos, que corresponde a 15%; e a taxa mais baixa é a da faixa dos 15 aos 20 anos, que é de 5% do universo total pesquisado. Se considerarmos os dados coletados, pode-se concluir que, do total do universo pesquisado, 71% possuem idade superior a 40 anos. Os dados indicam claramente que a agricultura na comunidade de Mahubo é praticada por pessoas mais idosas, o que mostra um envelhecimento da mão de obra agrícola, tendo em conta a esperança de vida dos moçambicanos, estimada em 49 anos para as mulheres e em 45,5 para os homens, impondo-se a necessidade de um planejamento acerca da sucessão na atividade agrícola. A fraca participação de jovens na agricultura prende-se ao fato de que a atividade não é atrativa para a faixa etária, pois muitas vezes não possuem autonomia para seus próprios

projetos familiares, bem como não possuem acesso à renda e tecnologia (IIRR¹⁴, 2005 apud COME, 2013, p. 123).

Os dados levantados na amostragem de gênero – 77% do gênero feminino e 23% do gênero masculino – mostram uma desproporção, mas ilustram os dados estatísticos do país sobre a desigualdade de gênero envolvida na atividade agrícola, pois 91,3% das mulheres economicamente ativas em Moçambique dedicam-se à agricultura e à silvicultura, em comparação a 69,6% dos homens (MADER, 2002). Tais características resultam da desigualdade dentro da estrutura social das famílias, sendo que os homens são mais privilegiados que as mulheres e, como resultado desse desequilíbrio, principalmente nas zonas rurais, metade das mulheres, a partir dos 14 anos de idade, já se encontra nas atividades agrícolas. A taxa total de escolaridade é de 45,5% para as mulheres e de 55% para os homens (INE, 2007). Esses aspectos não são diferentes na ALM, em que o número de mulheres que chegam ao nível secundário é muito baixo.

Um breve perfil da conservação dos recursos naturais e do ambiente

Qualquer prática agrícola que diz respeito à conservação de recursos naturais está associada ao agroecossistema, modelo voltado à manutenção de recursos genéticos, seja das espécies nativas ou das variedades de plantas cultivadas e de raças de animais domésticos. A agricultura praticada no mundo rural pelos pequenos agricultores, por vezes denota um sistema de conservação natural, caracterizando-se, em muitos casos, pela mistura de sementes de várias espécies locais e exóticas no mesmo espaço de cultivo. Isso contribui para o aumento da diversidade genética, pois muitas plantas adaptam-se a microambientes distintos. É o que alguns especialistas chamam de “mosaicos coevolutivos” (NORGAARD, 1997).

Segundo Veiga e Ehlers (2010):

Na agricultura moderna, a diversificação dos sistemas produtivos foi substituída pela especialização. Muitos agrônomos e economistas acreditam que a lógica da produção em escala, que fizera sucesso no setor industrial, poderia ser facilmente aplicada na agricultura. As monoculturas, altamente mecanizadas e baseadas no emprego intensivo de insumos químicos e genéticos funcionariam como verdadeiras fábricas a céu aberto, capazes de produzir alimentos em quantidades suficientes para abastecer toda a humanidade. Mas logo se percebeu que, ao contrário da indústria, a agricultura é totalmente dependente de limites naturais, os quais não podem ser facilmente controlados. A substituição de ecossistemas complexos e diversificados – particularmente nas regiões tropicais – por sistemas produtivos extremamente simplificados – como são as monoculturas – provocou uma série de impactos econômicos e ambientais (VEIGA; EHLERS, 2010, p. 301).

¹⁴ Instituto Internacional de Reconstrução Rural

Considerando que a comunidade de Mahubo é eminentemente rural e apresenta um sistema de produção familiar bastante expressivo, a ALM, dentro de suas atividades, tem uma estratégia de recuperação do ecossistema que procura promover o desenvolvimento local sustentável. Nota-se nessa associação uma forma de diversificação dos sistemas produtivos, que passam à agrossilvicultura ou à agrofloresta. Este sistema consiste em manejo florestal que concilia a produção agrícola e a manutenção das espécies nativas por meio de “capinas seletivas” das espécies que já cumpriram seu papel fisiológico na sucessão e podas de rejuvenescimento para fortalecer e acelerar o sistema produtivo. A adoção desses sistemas na comunidade tem demonstrado vantagens econômicas e ambientais em relação aos sistemas de cultivo convencionais, cuja longevidade depende do emprego elevado de insumos industriais (CORDEIRO, PETERSEN, ALMEIDA, 1996, p. 23).

Do total de entrevistados da ALM, 6,67% não deram depoimento; 93,33% confirmaram que a produção é feita no sistema de rotações de culturas, os recursos disponíveis — água, nutrientes e outros — são utilizados de forma mais eficiente, de modo a permitir o retorno de matéria orgânica ao solo. Além do que esse sistema contribui para manter a estrutura física e ajuda a reduzir a erosão; como resultado, vê-se melhoria na fertilidade do solo. Obviamente, a combinação desses fatores se encaminha de modo variável ao aumento de produtividade das lavouras e, ao mesmo tempo, os modelos de diversificação reduzem em muito a necessidade de insumos externos, como agrotóxicos e fertilizantes nitrogenados. Também a diversificação possibilita a eliminação significativa dos gastos de investimento e de custeio necessários para manter o padrão tecnológico “moderno”. Ainda mais a quebra de uma safra ou a queda de preço de uma determinada cultura não causam tantos estragos quanto nas propriedades monoculturais; os riscos de falência são muito menores (VEIGA, 1994).

Apesar de a prática agrícola ser composta por um misto entre conhecimentos tradicionais e uso de insumos externos, a busca pela diversificação aliada a algumas técnicas voltadas ao aumento da fertilidade e à otimização do sistema podem se tornar estratégias valiosas quando avaliamos essa produção majoritariamente destinada ao autoconsumo por parte de grupos rurais altamente vulneráveis à fome. Sobretudo em um contexto em que não há apoio técnico oficial e nem mercados de fácil acesso. A avaliação que se faz valoriza as possibilidades de se superar um dos grandes problemas enfrentados na região em tela e, sobretudo, com formas de organização que são próprias desta cultura, como os exemplos dos mutirões e financiamentos coletivos.

Considerações finais

O mundo em geral passa por um período de crise sem precedentes, revelada pelas evidências empíricas (sociais, culturais, econômicas e ambientais), e há dificuldade de a ciência conseguir gerar os dados reveladores dos equívocos cometidos no período passado, das mudanças do tempo presente, sobretudo em termos de estratégias de desenvolvimento rural baseadas em monoculturas. Justifica-se o questionamento quando se fala dos conceitos de desenvolvimento, progresso, crescimento e viabilidade no tempo (no presente e para futuro) dos padrões de existência e consumo da sociedade.

Portanto, Moçambique não é exceção, pois os problemas são muitos — sejam eles de ordem política, econômica ou social — e impactam a população nas diferenças regionais, o que agrava as diferenças sociais em um cenário de desemprego, exclusão, precariedade e individualismo agravado pelas políticas governamentais de liberalização das práticas capitalistas de mercado. Nesse contexto, as formas de sobrevivência para garantir os direitos sociais fundamentais são várias, e uma delas é o associativismo agrícola, que é de extrema importância na comunidade rural.

Nesse caso, feita a análise em torno do associativismo agrícola como estratégia de promoção do desenvolvimento local e conseqüentemente de melhoramento das condições de vida dos agricultores, tomando em consideração e foco de análise a Associação Livre de Mahubo, foi possível chegar a algumas considerações.

A Associação Livre de Mahubo não é uma entidade cuja origem foi de iniciativa de seus membros, pois se constatou que foi criada como uma imposição das autoridades administrativas locais para que seus associados pudessem beneficiar-se das terras férteis para prática de agricultura, apesar de não haver apoio algum para melhoramento das condições de trabalho com vista à resolução de um problema comum existente, que é a fome. Esse fato contrapõe os princípios de uma organização associativa e põe em risco sua vitalidade.

A sustentabilidade foi assumida neste presente trabalho como a capacidade que as organizações têm com base em recursos próprios de funcionar e desenvolver suas atividades sem recorrer frequentemente a apoio ou donativos sejam do Estado, como de ONGs, porém, os resultados de pesquisa de campo mostram que a ALM não é uma organização autossustentável, ou seja, não tem capacidade, por si mesma, de realizar suas atividades produtivas sem recorrer a apoio externo. O fato de esta organização associativa ser dependente de insumos, ano após ano para incrementar sua produção contradiz o conceito de sustentabilidade. Além disso, o pagamento de quotas, o que poderia ser a única fonte da captação de recursos financeiros para garantir a sustentabilidade da associação, não está assegurado, tendo em conta a fraca contribuição dos associados. Como

consequência, a organização encontra-se descapitalizada e cada vez mais exposta à dependência de organizações e parceiros externos para poder funcionar.

O apoio que as ONGs oferecem aos associados poderia ser aproveitado para efetivação da autonomia técnica e financeira dos produtores e para tornar a associação livre da dependência externa, mas as ações dos associados têm um caráter menos didático, e, simultaneamente, as ações dos institutos de apoio voltadas ao setor agrícola não são adequadas para proporcionar um desenvolvimento sustentável.

No que concerne à participação dos agricultores na vida da associação, esta ainda é bastante reduzida, particularmente em reuniões para tratar assuntos pertinentes, assim como no pagamento de quotas, dificultando o bom funcionamento, visto que seus membros não se sentem ainda ligados a sua própria organização por laços suficientemente fortes de pertencimento, o que faz com que a entidade, de certo modo, esteja distante deles. O único fator de envolvimento dos trabalhadores rurais na vida da associação é usá-la pela possibilidade de segurança de posse de terra e para obter acesso a alimentos. Esses aspectos podem ter uma explicação se tivermos em conta os seguintes fatores: (i) baixo nível de escolaridade para a maioria dos membros da associação; (ii) falta da educação associativa que absorva maior número dos membros da associação; (iii) ausência quase total dos serviços de extensão agrária pública em que são incorporados os agentes que fazem valer as políticas públicas agrárias.

Nesse caso, a lacuna existente entre os programas dos serviços de extensão agrária pública do distrito e o atendimento ao produtor de menor escala em termos dos incentivos precisos para responderem ao processo de produção pode ser um fato de agravamento da insatisfação dos associados. Frente a isso, é importante fazer algumas recomendações no sentido de contribuir para melhoria da eficiência e da eficácia nas políticas agrícolas em Moçambique, a despeito dos avanços das irregularidades que permanecem encadeadas nessas políticas.

Pois, pelos estudos feitos na ALM, assim como na comunidade de Mahubo, é possível chegar à conclusão de que em Moçambique há vários desafios a vencer e que as políticas devem ser orientadas conforme as necessidades individuais de cada comunidade, respeitando-se as diversidades e as particularidades sociais, culturais e ambientais. Portanto, para que o desenvolvimento seja abrangente e sustentável, devem ser mobilizadas todas as esferas políticas, econômicas e sociais a participar nesse cenário. Para isso, é necessário um instrumento político-institucional capaz de trazer efeitos positivos ao desenvolvimento agrícola, que passa pelos gestores de políticas públicas que intervêm no sistema produtivo dos pequenos produtores. No entanto, sua atuação e os estímulos econômicos oferecidos aos produtores são quase inexistentes.

Constatou-se que o associativismo tem que ser analisado também pelos seus traços culturais, destacando-se, no caso em estudo, as relações de confiança depositadas na figura do régulo, as formas de trabalho coletivas, refeições compartilhadas após os mutirões, expressões de cooperação e de solidariedade, mesclam-se a operações semelhantes a uma forma de crédito assentada na confiança entre os membros do grupo, o que dá à discussão do desenvolvimento um caráter multidimensional.

Como contribuição do estudo, algumas recomendações para os desafios do Estado Moçambicano e das associações podem ser assim expressos:

- a) O Ministério de Agricultura de Moçambique deve ter agentes integrados nos Serviços de Extensão Agrícola que possam acompanhar e orientar todas as atividades relativas ao desenvolvimento rural para relatar as dificuldades e as necessidades dos agricultores em diferentes regiões.
- b) Mudança no padrão de estrutura administrativa e social com objetivo de estabelecer um novo tipo de relacionamento entre o Estado e as associações agrícolas, no sentido de favorecer o desenvolvimento endógeno nas políticas públicas legisladas.
- c) Os critérios político-administrativos devem resultar das reais necessidades do modelo de desenvolvimento do campo desejado tanto pelos órgãos públicos como pelos beneficiários (agricultores, associados, etc.).
- d) Uma constituição de regulação clara e desburocratizada entre público e organizações microrregionais de desenvolvimento (associações), de modo a promover uma dinâmica econômica local.
- e) As organizações agrícolas devem incrementar um planejamento estratégico associado à capacitação profissional gerencial específica ao movimento, com decisões articuladas dentro da própria organização para produzir e melhorar a coordenação das mudanças nas linhas de produção associadas e da própria gestão da associação, pois são fatores preponderantes e condicionantes para o processo de melhoria da organização associativa ou cooperativa, principalmente no mundo rural.

Portanto, apesar dos problemas constatados por meio da pesquisa de campo e dos desafios mostrados neste trabalho, é possível confiar no melhoramento do sistema agrícola do distrito em seu todo, pois a realidade organizacional das associações comunitárias rurais está ligada às relações e à convivência da comunidade. A relação entre a associação em estudo e o desenvolvimento local coloca-se como uma possibilidade, apesar dos bloqueios e constrangimentos enfrentados.

Por outro lado, diante das dificuldades encontradas nesse trabalho, é possível afirmar que os objetivos desta pesquisa foram atingidos, pois foi perceptível o interesse existente entre a pesquisa e o grupo focal na troca de experiência e informações pertinentes, facilitando assim a superação das dificuldades.

Além do mais, o resultado específico desta pesquisa abre diversas perspectivas, que podem ser desenvolvidas por outros pesquisadores em continuidade a este trabalho, com aprofundamento no conhecimento sobre a realidade das organizações agrícolas, podendo gerar maior retorno à sociedade.

Referências

- ARAÚJO, A. L.; TOLENTINO, M. A.; THEOPHILO, C. R. Realidade Organizacional das Associações Comunitárias Rurais da Região Sul de Montes Claros. XXIII ENCONTRO DA ANPAD. São Paulo, 19-23 Set. 2009. In: **Anais...**, 2009.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Estratégias e cooperativas Agropecuárias: ensaio analítico. Seminário de Política Econômica em Cooperativismo e Agronegócio da UFV, Viçosa, Out. 2002. In: **Anais...**, 2002.
- BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- CHICHAVA, J. **Participação Comunitária e Desenvolvimento: O caso dos grupos dinamizadores em Moçambique**. Maputo, Moçambique: Assembleia Municipal de Maputo, 1999.
- CORDEIRO, A.; PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. de. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1996.
- FERNANDES, R. C. **Privado, porém público: o Terceiro Setor na América Latina**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FERRINHO, H. **Cooperativa e Desenvolvimento Rural**. Lisboa, Portugal: Clássica Editora, 1978.
- FRANCISCO, A. Á. **Desenvolvimento Comunitário em Moçambique: Contribuição para sua compreensão crítica**. 2. ed. Namurra, Moçambique: Editora BS, 2001.
- INE - INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA. **Relatório de Seminário sobre a situação do gênero no acesso a Escolaridade em Moçambique**. Maputo: INE, 2007.
- JAKOBSEN, K.; CARVALHO, D. S. de. **Da pós-Independência ao projeto neoliberal e os desafios para os trabalhadores na África Austral: análise comparativa de Moçambique, Ilhas de Maurícia e Tanzânia**. 2008. Disponível em: <http://www.global-labouruniversity.org/fileadmin/GLU_conference_Unicamp_2008/Submitted_papers/Kjeld_e_Sampaio.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2016.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Sociologia Geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MADER - MINISTÉRIO DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL. **Seminário**

Sobre Revisão de Tecnologia - Ligação investigação e extensão. Maputo, Moçambique: DNER, 2002.

MOÇAMBIQUE. **PARPA - Plano de ação para redução de pobreza Absoluta (2011-2014).** Maputo, Moçambique: Conselho de Ministros de Moçambique, 2011.

_____. **Programa Quinquenal do Governo para 2015-2019.** Maputo, Moçambique: Conselho de Ministros, 2015.

MORAES, Ê. G. de; CURADO, F. F. Os limites do associativismo na agricultura familiar de assentamentos rurais em Corumbá, MS. In: SIMPOSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SOCIOECONOMICOS DO PANTANAL, 1, Corumbá, 2004. In: **Anais...**, 2004. Disponível em:

<http://www.cpap.embrapa.br/agencia/simpan/artigos/asperctos/pdf/socio/323SC_CURADO_8_OKVisto.pdf>. Acesso: em 05 nov. 2015.

NGUNGA, A.; SIMBINE, M. C. **Gramática Descritiva da Língua Changana.** Maputo, Moçambique: UEM, 2012. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/laliafro/PDF/Ngunga,%20Armindo.%20Gram%C3%A1tica%20da%20L%C3%ADngua%20CHANGANA%20Final.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2016.

NORGAARD, R. O crescimento da economia global de trocas e a perda de diversidade biológica. In: WILSON, E.O. (Ed.) **Biodiversidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 261-268.

PEREIRA, R. **Desenvolvimento Sustentável como Responsabilidade Social das Empresas** – um enfoque ambiental. São Paulo: 2007.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Relatório de Desenvolvimento Humano 1998: Paz e Crescimento Econômico, Oportunidade para desenvolvimento Humano.** PNUD, 1998.

ROCHA, J. A. O.; ZAVALÉ, G. J. B. O Desenvolvimento do Poder Local em África: O caso dos municípios em Moçambique. **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], 30/2015. Disponível em: <<https://cea.revues.org/1879>>. Acesso em: 05 nov. 2016.

VALÁ, S. C., **Associativismo Agrícola e Desenvolvimento Local no Chókwe: 1975-2000.** Maputo, Moçambique: INDER, 2002.

_____. **Metodologia de Intervenção no contexto do Desenvolvimento Local e Comunitário.** Chókwé, Moçambique: INDER, 1996.

VEIGA, J. E. da. Problemas da transição à agricultura sustentável. **Estudos Econômicos.** São Paulo, v. 24, número especial, pp. 9-29, 1994.

VEIGA, J. E. da; EHLERS, E. M. Diversidade biológica e dinamismo econômico no meio rural. In: MAY, P. (Org.). **Economia do Meio Ambiente.** 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2010, p. 289-308.

Recebido para publicação em 18 de maio de 2017.

Aceito para a publicação em 29 de maio de 2017.